



InfoCAO

CRIMINAL

JUL-SET | 2017

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAIS

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



EXPEDIENTE

Centro de Apoio Operacional das
Promotorias de Justiça Criminais

Av. Marechal Câmara, 350
6º andar, sala 11
Edifício Canavarro - Centro
CEP 20020-080
2215-1028
cao.criminal@mprj.mp.br

COORDENAÇÃO

Somaine Patricia Cerruti Lisboa

SUBCOORDENAÇÃO

Roberta Maristela Rocha dos Anjos

EQUIPE

Beatriz Proba Mauro
Luiz Gustavo Alves Simas
Daniela Marques Pimentel Monteiro
Maria Gelciane dos Santos Rocha

ESTAGIÁRIOS

Gabriel Barros Pereira
Andreza Campos Francisco

Projeto Gráfico

Gerência de Portal e Programação
Visual

Queridos Colegas,

O boletim informativo do terceiro trimestre de 2017 traz as informações de tudo o que realizamos neste período. Tivemos vários encontros nos grupos de estudos tanto de vítimas da criminalidade como no de técnicas de investigação. O formato desses grupos é bem aberto e tem sido usado para discutir temas relevantes nessas áreas aproveitando a expertise de colegas da casa. São tardes agradáveis de encontro com colegas da mesma área para discussão de novos rumos de nossa atuação funcional. As atas desses grupos estão na página do CAO e dão uma boa ideia dos assuntos ali discutidos.

Em setembro, promovemos o seminário SEGURANÇA PÚBLICA COMO DIREITO FUNDAMENTAL, que veio no bojo das ricas discussões do grupo de estudos de vítimas da criminalidade. Tivemos oportunidade de ouvir colegas de escol do MPRJ e do MPRS, além de uma juíza do TJRJ e de pessoas da sociedade que também se debruçam sobre o tema da segurança pública sob a ótica das vítimas. Ficamos muito felizes com a presença maciça dos colegas da área criminal, bem como de juízes e policiais civis, militares e federais, muitos de outros estados da federação.

Trabalhamos muito próximas a outros CAOs em diversos temas, sempre sob a orientação da Leila Costa, nossa Subprocuradora de Planejamento, que tem buscado um trabalho integrado entre as diversas áreas como forma de modernizar e aprimorar nossas atividades. Um exemplo de importante projeto em desenvolvimento pela SUBPLAN, com a participação de diversos colegas da área criminal, é a elaboração de um manual de controle externo da atividade policial, tema de grande relevância e que está em discussão atualmente pelos Ministérios Públicos por todo o país. O objetivo do trabalho é promover articulação institucional, uniformidade de atuação, criando diretrizes práticas que auxiliem os Promotores nas fiscalizações dos equipamentos de segurança pública.

Reiteramos que estamos à disposição e continuamos a pensar formas de facilitar a rotina dos colegas da área criminal e mantemos permanente contato com as instituições também ligadas à área de segurança pública, especialmente ante a dura realidade do nosso estado.

Rio de Janeiro, 29 de Setembro de 2017.

SOMAIN PATRICIA CERRUTI LISBOA

Coordenadora do CAO Criminal

ROBERTA MARISTELA ROCHA DOS ANJOS

Subcoordenadora do CAO Criminal



RELATÓRIOS

1. Relatório de Atividades do CAO Criminal: Abril, Maio e Junho de 2017

1.1. Manifestações em Procedimentos Administrativos: **502** manifestações.

1.2. Notícias de Ouvidoria-Geral distribuídas: **748** notícias da Ouvidoria-Geral encaminhadas aos órgãos com atribuição.

1.3. Disque 100: **39** notícias do Disque 100 encaminhadas aos órgãos com atribuição.

1.4. Atendimento a Promotores de Justiça Diretamente pela Coordenação: **41** atendimentos a Promotores de Justiça.



REUNIÕES

2. Participação ou realização de Reuniões e/ou Eventos

JULHO DE 2017

Dia 03

Reunião Leandro Navega (CEAF) sobre o Grupo de Estudos sobre Técnicas de Investigação Penal.

Dia 04

Fórum Permanente Institucional do MP – 1ª Reunião Ordinária do Colegiado de 2017,

Dia 05

Reunião Grupo de Trabalho sobre Segurança Pública

Reunião com CAO Infância sobre exploração sexual de adolescentes na região da Penha e demais locais do Rio de Janeiro.

Dia 06

Reunião com Anna Maria Di Masi e Valéria Link sobre fluxo de encaminhamento de vítimas ao CEMEAR

Reunião na CSI sobre segurança pública.

Dia 07

Reunião com PGJ sobre segurança pública

2ª Reunião do Grupo de Estudos sobre Técnicas de Investigação Penal com palestra do colega Alexandre Veras sobre o tema: "Técnicas de Investigação X Técnicas Operacionais de Inteligência (ações de inteligência): da Entrevista ao Recrutamento Operacional".



Grupo de Técnicas de Investigação Penal.

Dia 10

Reunião na CSI sobre Segurança Pública

Dia 11

Reunião com Eduardo Lima Neto no MP em Mapas
Visita às Promotorias de Justiça Criminais da Capital

Dia 12

Reunião na CSI com o Grupo de Trabalho de Segurança Pública

Reunião na Movimentação

Dia 13

Reunião com a SUBPLAN

Reunião com a Chefia de Gabinete

Dia 14

Reunião com o PGJ

Reunião com a colega Tatiana Cavalcanti sobre Júri a ser realizado na Promotoria de Justiça de Paracambi – designação.

Dia 17

Reunião com o Antonio Pessanha (GAECO) sobre inclusão de testemunha no Provita

Reunião com PGJ sobre violência no futebol



Dia 18

Reunião com MP mapas

Dia 19

Reunião com o PGJ

Reunião com o PGJ sobre segurança pública

Dia 20

Reunião com a equipe técnica do CEMEAR para criar fluxo de encaminhamento de vítimas

Dia 24

Reunião com PGJ e ADHM

Reunião do Condel/PROVITA no Ministério Público Federal

Reunião MP em Mapas - pesquisadores (visita ao CAO)

Dia 26

Curso sobre RIF – Relatório de Inteligência Financeira

Reunião com o CEAF (Seminário Segurança Pública como Direito Fundamental – preparação)

Reunião com PGJ



Reunião PGJ e Comissão de Direitos Humanos da ALERJ

Dia 27

Reunião com o PGJ

Reunião no COPEP

Dia 28

Reunião: Grupo de Estudos Direitos das Vítimas de Criminalidade - A coordenadora acadêmica do grupo de estudos, Promotora de Justiça Valéria de Souza Linck, apresentou um panorama dos direitos das vítimas nos sistemas global, regional e nacional, visando favorecer a reflexividade institucional.

AGOSTO DE 2017

Dia 01

8º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público e 7º Encontro Nacional de Aprimoramento da Atuação do MP do Controle Externo da Atividade Policial – Brasília, CNMP

Dia 02

8º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público e 7º Encontro Nacional de Aprimoramento da Atuação do MP do Controle Externo da Atividade Policial – Brasília, CNMP

Dia 03

8º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público e 7º Encontro Nacional de Aprimoramento da Atuação do MP do Controle Externo da Atividade Policial – Brasília, CNMP

Reunião GAESP - Segurança Pública

Dia 04

8º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público e 7º Encontro Nacional de Aprimoramento da Atuação do MP do Controle Externo da Atividade Policial – Brasília, CNMP

3ª Reunião do Grupo de Estudos sobre Técnicas de Investigação Penal – apresentação feita pelo colega Cláudio Cardoso da Conceição – Coordenador do GAECO – Estudo de casos e técnicas aplicadas.



Dia 07

Reunião Fórum Permanente Institucional

Reunião com a Secretaria Geral

Dia 08

Reunião do GT sobre Segurança Pública

Dia 09

1ª Reunião Extraordinária do Colegiado de 2017 do Fórum Permanente Institucional do MP

Reunião MP em Mapas sobre Centrais de Inquérito

Dia 10

Reunião na CSI sobre Projeto PM Mobile

Dia 11

Aula Inaugural Pós-Graduação Direito Penal CEAF

Sessão de CANVAS da SUBPLAN sobre controle externo atividade policial

Aula ministrada pela coordenadora Somaine e pela colega Paula Basílio na EMERJ – curso de preparação dos Magistrados para as Centrais de Audiência de Custódia

Dia 14

Entrevista para a TV Brasil sobre não cumprimento de diligências por Oficiais de Justiça em áreas de elevada periculosidade.

Reunião Instituto de Criminologia

Reunião com Anna Maria di Masi sobre atendimento às mulheres de policiais.

Dia 16

Reunião na SUBLAN sobre rotina de tramitação de comunicações de óbitos de internos no âmbito dos estabelecimentos prisionais e hospitalares da SEAP

1ª Reunião da comissão de estudos sobre a proposição do CNMP de revisão das Centrais de Inquéritos

Dia 17

Reunião GT Segurança Pública na CSI

Dia 21

Reunião Fórum Permanente Institucional



Reunião na CGMP

Reunião Cláudio (GAECO)

Reunião com SUBPLAN e CAO Violência Doméstica sobre PIP's e PJ Violência Doméstica

Reunião no BOPE

Dia 22

Reunião CONDEL/Provita - MPF

Reunião com o PGJ

Dia 23

Reunião sobre Centrais de Custódia

Dia 24

Reunião com CODCOM, Michel Zoucas (MPRJ 2017.00635454)

Reunião com PGJ

Reunião com Promotores da 1ª CI e PGJ

Reunião SUBPLAN sobre precariedade dos equipamentos de polícia técnico-científica do Estado

Dia 25

Reunião CAO Execução

Audiência Pública Câmara de Vereadores (Segurança Pública) – coordenadora representando o MP para ouvir os reclamos e esclarecer a atuação da instituição sobre o tema.

Reunião do Grupo de Estudos Direitos das Vítimas de Criminalidade - Promotora de Justiça Renata Bressan trouxe o tema "Programa de Proteção a Testemunhas Ameaçadas – Desafios da Era Digital

Dia 28

Reunião Comitê de Enfrentamento a Superpopulação Carcerária (COPEP) no TJRJ

Reunião COPLE sobre rotinas de recebimento de comunicação de prisão em flagrante nas Promotorias de Justiça

Reunião MP em Mapas com SUB-PGJ e Glauca sobre convênio com PM

Dia 29

Reunião com PGJ e Secretário Nacional de Direitos Humanos

Reunião GT CAAC no gabinete da Secretaria Estadual de Saúde

Reunião GT Segurança Pública na CSI

Dia 30

Reunião sobre Centrais de Custódia com Promotores do GECEAC e Movimentação

Reunião com a SUBPLAN

Reunião com o Consul da Lituânia sobre caso concreto e com o coordenador da 1ª CI Marcelo Muniz.

Reunião com Murilo Bustamante sobre presos provisórios

Dia 31

Reunião COPEP

SETEMBRO DE 2017

Dia 01

Fórum Permanente Institucional do MP - 2a Reunião Ordinária do Colegiado 2017



4ª Reunião do Grupo de Estudos sobre Técnicas de Investigação Penal – apresentação pela CSI de estudo de RIFs. Esclarecimentos trazidos pelos colegas Elisa Fraga, Galdino Bordallo e Andrea Amin. Depois, os técnicos da CSI deram explicações práticas e analisaram casos concretos para facilitar o entendimento da utilização dessas informações.

Dia 04

Palestra sobre Enfrentamento à Criminalidade para capacitação aos servidores - CEAF

Dia 05

1ª Reunião do GT Depoimento Especial (NUDECA) em função da Lei 13.431/2017 no TJRJ

Reunião PRF sobre escolha de testemunhas PROVITA

Dia 11

3ª Reunião da Comissão Especial de Estudos sobre o redimensionamento/modernização das Promotorias de Tutela Coletiva do Interior



Promotorias de Tutela Coletiva Interior

Reunião sobre o CANVAS de controle externo da atividade policial

Reunião com Movimentação e Assessoria de Direitos Humanos e Minoria

Dia 13

Reunião SUBPLAN

Reunião GT Segurança Pública

Reunião com Desembargador Boente – TJRJ – sobre audiências de custódia

Reunião COPEP/TJ RJ

Dia 14

Reunião com Andrea Amim, PGE e PCERJ

Reunião com a Subprocuradoria-Geral de Justiça de Assuntos Criminais

Reunião com a Coordenação de Movimentação de Promotores

Dia 15

Seminário “SEGURANÇA PÚBLICA COMO DIREITO FUNDAMENTAL”.



Dia 18

Reunião na Movimentação sobre GECEAC

Reunião com ADHM

Dia 19

Reunião com CAO Execução

Reunião COESUB

Reunião CAO Infância sobre GT Depoimento Especial em função da Lei 13.431/2017

Reunião na Ouvidoria

Dia 20

Reunião DCAV e CAO Infância

Reunião com Desembargador Basílio

Reunião COPEP/TJRJ

Dia 21

Reunião na Central de Custódia em Benfca – visita à obra

3ª Reunião Ordinária do Fórum Permanente de Gestão (FGP) do ano de 2017

Reunião com PGJ sobre áreas sensíveis – PIP's

Dia 22

Reunião com CEMEAR e mulheres de PM's

Dia 25

4ª reunião da Comissão Especial para estudo sobre o redimensionamento/modernização das promotorias de justiça de tutela coletiva do interior

Reunião GT Depoimento Especial (NUDECA) em função da Lei 13.431/2017/ TJRJ

Dia 26

Reunião sobre CAAC

Reunião com PGJ e CAO Infância

Dia 27

Reunião GT CAAC

Reunião no TJRJ com PMERJ sobre PM Mobile

Reunião COPEP

Dia 28

Reunião com Patricia Tavares sobre Centrais de Audiência de Custódia

Reunião com SUBPLAN

Dia 29

Reunião CAO Execução para apresentar ao Procurador-Geral de Justiça um plano de ação propositivo de reformulação de política pública do sistema prisional ao Estado do Rio de Janeiro.



NOTÍCIAS E DESTAQUES

1. Decisão de Repercussão Geral no Recurso Extraordinário 966.177, do Rio Grande do Sul

Recebemos da colega Tatiana Costa Torres, titular da 1ª Promotoria de Justiça junto ao Juizado Especial de Nova Iguaçu, consulta a respeito da aplicação da decisão de Repercussão Geral no Recurso Extraordinário 966.177, do Rio Grande do Sul, ao artigo 58 do DL 3.688/41, bem como se havia sido determinado o sobrestamento dos feitos sobre a mesma matéria e a suspensão do prazo prescricional

referente aos crimes. Mas a decisão se refere unicamente à contravenção penal prevista no artigo 50, caput, do D.L. nº. 3.688/41, conforme nos foi informado pela assessoria do Subprocurador-Geral da República Edson Oliveira de Almeida. O Recurso Extraordinário no qual foi reconhecida a repercussão geral teve como ementa: "RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRAVENÇÃO PENAL. ARTIGO 50 DO DECRETO-LEI 3.688/1941. JOGO DE AZAR. RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. TIPICIDADE DA CONDUTA AFASTADA PELO TRIBUNAL A QUO FUNDADO NOS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS DA LIVRE INICIATIVA E DAS LIBERDADES FUNDAMENTAIS. ARTIGOS 1º, IV, 5º, XLI, E 170 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. QUESTÃO RELEVANTE DO PONTO DE VISTA ECONÔMICO, POLÍTICO, SOCIAL E JURÍDICO. TRANSCENDÊNCIA DE INTERESSES. RECONHECIDA A EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO (RE 966177 RG, Relator(a): Min. LUIZ FUX, julgado em 03/11/2016, PROCESSO ELETRÔNICO Dje-246 DIVULG 18-11-2016 PUBLIC 21-11-2016)." No voto proferido pelo Ministro Luiz Fux, não foi determinado o sobrestamento dos feitos em curso, nem houve suspensão da prescrição. Apenas foram explicitadas as formas cabíveis para que se proceda ao sobrestamento e a suspensão do prazo prescricional, mas até então não houve decisão nesse sentido proferida pelo relator.

2. Alerta sobre vacina falsificada

Recebemos da CSI a informação de que foi detectada pela Organização Mundial de Saúde uma vacina meningocócica ACWY falsificada e em circulação na África Ocidental a qual teria sido fabricada pela Fiocruz, o que é negado por este órgão. O fabricante Bio-Manguinhos/Fiocruz declarou que: - Não fabrica a vacina meningocócica polissacarídica ACWY; - Com base no exame das fotografias, pode confirmar-se que a embalagem é falsa.

3. Modelo de Recomendação relativa à necessidade de adoção de mecanismos que permitam o efetivo controle da regularidade na utilização de veículos automotores que se encontrem sob a guarda da UPJ:

Considerando a importância do tema no que tange ao controle externo da atividade policial, encontra-se na página do CAO a Recomendação feita pelo colega Francisco de Assis Machado Cardoso, endereçada a Delegado de Polícia, relativa à necessidade de adoção de mecanismos que permitam o efetivo controle da regularidade na utilização

de veículos automotores que se encontrem sob a guarda daquela UPJ, existindo decisão judicial que autorize a utilização cautelar do bem.

4. Possibilidade de Utilização dos RIFs na instauração de expedientes investigatórios e processos criminais:

Devidamente autorizadas pelo colega Luciano Vaccaro, foi disponibilizada na página do CAO Informação Técnico-Jurídica realizada pelo CAO Criminal do MPRS concluindo pela possibilidade de utilização dos Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) na instrução de expedientes investigatórios e processos criminais. A matéria gera controvérsias, mas é necessário que formemos um pensamento institucional sobre o tema e o trabalho feito no Rio Grande do Sul nos parece de grande valia.

5. Divulgação das formas de acesso e utilização dos Sistemas disponíveis aos Membros para obtenção de dados de inteligência:

Considerando a necessidade diária das promotorias criminais em obter dados de inteligência, solicitamos à CSI uma indicação dos cadastros disponíveis para obtenção de tais dados pelos próprios promotores. Pensamos que isso poderia otimizar a rotina com respostas imediatas em muitos casos.

Os acessos, em regra, são disponibilizados apenas aos membros, sendo acessados diretamente pelo promotor cadastrado o SINESP/INFOSEG, PORTAL DA SEGURANÇA e SIEL. Os demais, continuam disponíveis apenas através de formulário enviado à CSI.

Esclarecemos os convênios firmados com as seguintes instituições: 1) RECEITA FEDERAL: busca por dados de endereço e CPF, utilizando como parâmetro o nome completo ou não, associado a uma possível data de nascimento, logradouro (rua/município/cep), filiação ou título de eleitor; 2) SINESP INFOSEG: busca por dados de endereço, CNH e veículos, utilizando como parâmetro o CPF, nome completo ou não, associado a uma possível data de nascimento, logradouro (rua/município/cep), filiação ou título de eleitor; 3) PORTAL DA SEGURANÇA: busca dos dados de qualificação por nome completo ou não, associado a uma possível data de nascimento, logradouro (rua/município), filiação ou dados de parentes; 4) SIEL (sistema de informações eleitorais): busca do endereço por CPF, nome, data de nascimento e número do título de eleitor; 5) INEP

(educacenso): busca “nacional” do registro do aluno em escola pública e/ou privada pelo nome do aluno associado ao nome dos genitores, data de nascimento (Obs: quando declarado, é possível encontrar registro de endereço); 6) CAGED (cadastro geral de empregados e desempregados): busca do local de trabalho por CPF; 7) CDLrio (clube de diretores lojistas do Rio de Janeiro): busca do endereço por CPF/CNPJ Através do Canal Técnico de Inteligência (sem prazo estabelecido para resposta), podem ser consultados os seguintes: 1) ENEL (concessionária de fornecimento de energia): busca de endereço por CPF e/ou n° do medidor de energia; 2) LIGHT (concessionária de fornecimento de energia): busca de endereço por CPF e/ou n° do medidor de energia; 3) CEDAE (concessionária de fornecimento de água): busca de endereço por CPF e/ou do medidor de consumo de água.

6. Divulgação da Carta Interamericana de Direitos Humanos acerca das mortes ocorridas em 1994 e 1995 na comunidade Nova Brasília:

Informamos que a Procuradoria-Geral de Justiça recebeu, recentemente, o ofício nº 00717/2017, remetido pelo Núcleo de Controvérsias no Exterior da Procuradoria-Geral da União, o qual encaminha cópia de sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos acerca de mortes ocorridas em 1994 e 1995 na comunidade Nova Brasília, no Complexo do Alemão, durante operações policiais no Rio de Janeiro, bem como o parecer nº 00151/2017/PGU/AGU. A decisão da Corte declarou a responsabilidade do Estado Brasileiro e determinou o cumprimento de “Pontos Resolutivos”, dentre os quais o de maior pertinência com as atividades deste Centro de Apoio Operacional é o de nº 20, que traz a seguinte redação: “O Estado deverá adotar as medidas necessárias para uniformizar a expressão “lesão corporal ou homicídio decorrente de intervenção policial” nos relatórios e investigações da polícia ou do Ministério Público em casos de mortes ou lesões provocadas por ação policial. O conceito de “oposição” ou “resistência” à ação policial deverá ser abolido, no sentido disposto nos parágrafos 333 a 335 da presente Sentença.” Assim, solicitamos que adequação supracitada seja incorporada à atividade ministerial na seara criminal.

7. Divulgação da Informação Técnico-Jurídica do CAO Criminal do MPBA acerca do acesso a dados e comunicações armazenadas em aparelhos telefônicos apreendidos:

Devidamente autorizadas, disponibilizamos na página do CAO Informação Técnico-Jurídica realizada pelo CAO Criminal do MPBA acerca do acesso a dados e comunicações armazenadas em aparelhos telefônicos apreendidos. A matéria gera controvérsias, mas é necessário que formemos um pensamento institucional sobre o tema e o trabalho feito na Bahia nos parece de grande valia.

8. Recomendação de Caráter Geral CN-CNMP nº. 04/2017 que estabelece diretrizes para o tratamento, fluxo procedimental e metodologia de utilização do RIF:

Merece destaque a edição da Recomendação de Caráter Geral CN-CNMP nº 04/2017, publicada no Diário Eletrônico do Conselho Nacional do Ministério Público em 8 agosto. A norma estabelece diretrizes para o tratamento, o fluxo procedimental e a metodologia de utilização, no âmbito do Ministério Público brasileiro, dos dados oriundos de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). O texto integral da Recomendação encontra-se na página do CAO.

9. Tabela Unificada de Assuntos do Comitê Gestor do MGP

Mensagem proveniente do Comitê Gestor do MGP, acerca de ajuste na Tabela Unificada de Assuntos aplicada ao sistema MGP, sendo suprimida a expressão “Auto de Resistência”, passando a figurar a denominação “Decorrente de intervenção policial”, alinhando-se ao disposto na sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

10. Resolução Conjunta SEAP/SESEG nº. 25 – necessidade de exame de corpo de delito antes do ingresso de presos provisórios ou condenados no sistema penitenciário:

Diante de alguns questionamentos sobre o tema, que se insere em controle externo da atividade policial, encaminhamos para ciência a Resolução Conjunta SEAP/SESEG nº 25, que aponta a necessidade de realização de exame de corpo de delito antes do ingresso de presos, provisórios ou condenados, no sistema penitenciário.

11. A Secretaria de Estado de Segurança editou a Instrução Normativa SESEG n°. 01 de 15 de agosto de 2017, que estabelece diretrizes para os protocolos operacionais e procedimentos adotados para operações em áreas sensíveis, tanto pela Polícia Civil como pela Polícia Militar.

São traçadas regras buscando minimizar as consequências danosas de operações policiais. Encaminhamos o texto integral do ato normativo para ciência por email, por se tratar de matéria que se insere no âmbito do controle externo da atividade policial. Chamamos a atenção para o fato de a mesma ter sido publicada no DO de 15/08/2017 e entrar em vigor no dia 31/08/2017.

12. TCO's da Polícia Rodoviária Federal nas Comarcas de Magé, Duque de Caxias, Petrópolis, Guapimirim, Teresópolis, Vila Inhomirim e Três Rios:

Para as comarcas de Magé, Duque de Caxias, Petrópolis, Guapimirim, Teresópolis, Vila Inhomirim e Três Rios informamos que as Promotorias de Justiça que atuam nos Juizados Especiais Criminais passarão a receber os TCOs (termos circunstanciados de ocorrência) confeccionados pela Polícia Rodoviária Federal, diante da implantação de um projeto piloto em suas comarcas, visando maior efetividade na apuração dos delitos ocorridos. A Polícia Rodoviária Federal já faz isso há muito tempo em outros Estados e deu início a implementação de tal sistema aqui no Rio de Janeiro.



NOVAS SÚMULAS DO STJ

SÚMULA N. 587: Para a incidência da majorante prevista no art. 40, V, da Lei n. 11.343/2006, é desnecessária a efetiva transposição de fronteiras entre estados da Federação, sendo suficiente a demonstração inequívoca da intenção de realizar o tráfico interestadual. Terceira Seção, aprovada em 13/9/2017, DJe 18/9/2017.

SÚMULA N. 588: A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Terceira Seção, aprovada em 13/9/2017, DJe 18/9/2017.

SÚMULA N. 589: É inaplicável o princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas. Terceira Seção, aprovada em 13/9/2017, DJe 18/9/2017.